

**Chamada Pública 17/2021**

**PROGRAMA PARANAENSE DE PESQUISAS EM SANEAMENTO AMBIENTAL (PPPSA)**

**Fundação Araucária / Sanepar**

A Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná (Fundação Araucária), em parceria com a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), divulgam a presente Chamada Pública e convidam as Instituições Científicas e Tecnológicas e de Inovação (ICTs) elegíveis na forma da presente Chamada Pública, todos com sede e CNPJ no Estado do Paraná, a apresentarem propostas no âmbito do Programa Paranaense de Pesquisas em Saneamento Ambiental, nos termos estabelecidos.

## **1. OBJETIVOS**

1.1 Apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento que contribuam com a melhoria das condições do saneamento ambiental, representando significativa contribuição para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.

1.2 Fortalecer o Programa Paranaense de Pesquisa em Saneamento Ambiental (PPPSA) fruto da parceria entre a Sanepar e a Fundação Araucária.

1.3 Promover a produção e sistematização de conhecimentos e de metodologias ou meios processuais inovadores, bem como o desenvolvimento de novos produtos, serviços e/ou procedimentos que possibilitem a melhoria das condições do saneamento ambiental paranaense.

1.4 Promover o fortalecimento da produção científica, tecnológica e de inovação por meio da concessão de apoio financeiro para bolsas de estudo nas diversas áreas do conhecimento e que apresentem aderência aos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIs) que vêm sendo fomentados pela Fundação Araucária ou que apontam aderência às áreas prioritárias identificadas pelo Conselho Paranaense de Ciência, conforme Nota Técnica 02/2021 da Fundação Araucária (<http://www.fappr.pr.gov.br/Pagina/Atos-Notas-e-Comunicados>).

1.5 Contribuir com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, aspecto que é recomendado na apresentação dos projetos a serem submetidos (ver [www.odsbrasil.gov.br](http://www.odsbrasil.gov.br)).

## **2. LINHAS TEMÁTICAS**

A seleção das linhas temáticas visa orientar o fomento para a indução seletiva de propostas destinadas à produção de conhecimentos e de metodologias ou meios inovadores, bem como o desenvolvimento de produtos, serviços e/ou processos para a superação de problemas que efetivamente demandam atividades de pesquisa, conhecimentos técnico-científicos especializados e não podem ser solucionados apenas por uma combinação de meios de intervenção já existentes e disponíveis no mercado. Devem ser elaboradas propostas de projetos de pesquisa científica, tecnológica e/ou inovação. Espera-se que as propostas a serem submetidas abordem a sistematização e a produção de conhecimento, incluindo o desenvolvimento e avaliação de técnicas, procedimentos, materiais e/ou equipamentos sob o ponto de vista científico com ênfase na

aplicabilidade prática, considerando aspectos como desempenho ambiental e/ou social, eficiência de processo, simplicidade operacional e viabilidade financeira que possibilitem gerar parâmetros para projetos, obras e/ou rotinas vinculadas à prestação de serviços de saneamento ambiental, e a utilização de tecnologias apropriadas ao contexto do Paraná. As propostas a serem concebidas devem orientar pesquisas aplicadas que minimizem incertezas científicas associadas com a possível aplicação na Sanepar. É mandatório que as propostas contemplem a elaboração de, pelo menos, um produto técnico inovador proveniente da pesquisa, tais como *softwares*, manuais, protótipos, procedimentos, entre outros.

Ao elaborar as propostas, deve-se considerar que o setor de saneamento no Brasil está passando por um momento de importantes desafios, notadamente o ambiente regulatório e concorrencial, meio ambiente e sociedade, aspectos organizacionais e processos de negócio. Nesse contexto, as propostas a serem submetidas no âmbito da presente Chamada devem contemplar os processos água e/ou esgoto e abordar, pelo menos, uma das seguintes linhas temáticas:

- Otimização de processos: sensoriamento, modelagem e/ou automação para redução de custos de investimento e/ou de operação; eficiência energética e modelos de gestão de energia; redução de perdas de água; produção enxuta; internet das coisas; inteligência artificial.
- Recursos hídricos e clima: sensoriamento remoto; monitoramento em tempo real; modelagem e processamento de dados para tomada de decisão; enfrentamento à crise hídrica; resiliência a eventos climáticos extremos.
- Infraestrutura resiliente e sustentável: tratamento de água e/ou de seus subprodutos; coleta e tratamento de esgoto e de seus subprodutos; recuperação de recursos a partir do lodo, biogás e/ou efluentes; geração de energia em infraestruturas sanitárias.
- Manutenção preditiva: gestão inteligente de ativos, sensoriamento proativo e multiparamétrico, integração de dados para tomada de decisão.
- Gestão interativa da demanda residencial, comercial e industrial: tecnologias de *customeranalytics*, *smartmeter* e outras aplicadas à identificação e/ou redução de anormalidades, perdas físicas e/ou de faturamento.

### **3. PRAZO DE EXECUÇÃO DAS PROPOSTAS**

As propostas a serem apoiadas nesta Chamada deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento de convênio a ser celebrado entre a Fundação Araucária e a instituição com a proposta selecionada.

### **4. RECURSOS FINANCEIROS**

4.1 Esta Chamada Pública dispõe de recursos financeiros no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sendo: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) da Sanepar e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a serem providos pela Fundação Araucária, nos termos da Lei Estadual nº 12.020/98, alterada pela Lei Estadual nº 15.123/06.

4.1.1 Os recursos orçamentários disponíveis para a presente Chamada Pública correrão à conta do orçamento próprio da Fundação Araucária, dotação orçamentária do exercício de 2021.

4.2. Poderão ser submetidos projetos de pesquisa científica, tecnológica e/ou inovação, incluindo a elaboração de, pelo menos, um produto técnico inovador proveniente da pesquisa, conforme requisitos e linhas temáticas previstas no item 2 desta Chamada, no valor global de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

4.3 O número de propostas a contratar está condicionado ao limite dos recursos disponíveis nesta Chamada.

4.4 Caso haja recursos remanescentes nesta Chamada, os mesmos poderão ser utilizados em uma nova Chamada Pública ou devolvidos em partes igualitárias para as Instituições.

## 5. ITENS FINANCIÁVEIS

5.1 Serão financiados itens de Capital (na proporção máxima de 30%) e de Custeio (na proporção mínima de 70%), compreendendo:

### 5.1.1 Capital:

- Equipamentos; material permanente; e, material bibliográfico.

### 5.1.2 Custeio:

- Material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos e *software*;
- Serviços de terceiros: pagamento integral ou parcial de contratos de manutenção e serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, de caráter eventual. Qualquer pagamento à pessoa física deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício.
- Despesas acessórias, especialmente de importação e de instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos;
- Diárias, hospedagem/alimentação e passagens até o limite de 10% do valor total da proposta:
  - a) Diárias e passagens desde que previsto e necessário para a execução do projeto e exclusivamente para os servidores participantes da equipe executora da proposta e, portanto, não aplicável aos eventuais bolsistas. As propostas devem incluir as despesas necessárias para a participação em duas reuniões dos coordenadores das pesquisas com os consultores da Sanepar, que serão realizadas no início e término das pesquisas, em Curitiba/PR. Nessas reuniões serão apresentados os projetos e os resultados parciais das pesquisas, visando à integração dos pesquisadores com técnicos e consultores da Sanepar e o acompanhamento de sua execução. Os valores de diárias devem obedecer ao Decreto 5453/2016 do Governo do Estado do Paraná.
  - b) Alimentação, hospedagem e passagem, desde que previsto e necessário para a execução da proposta para colaboradores participantes da equipe executora da pesquisa, incluindo os eventuais bolsistas, para o desenvolvimento de atividades necessárias ao projeto.
- Bolsas, nas modalidades previstas no **item 6** da Chamada Pública.

5.3 Os itens de capital serão alocados na instituição proponente, sob a responsabilidade, manutenção e guarda do Coordenador/Instituição.

5.4 Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverá ser observada a legislação vigente.

5.5 Quando aplicável, a proposta deverá incluir as despesas acessórias decorrentes da importação de equipamentos, material permanente e material de consumo, na razão de até 15% do montante previsto para tais gastos.

5.6 A Fundação Araucária e a Sanepar reservam-se ao direito de promover ajustes nos Planos de Trabalho apresentados por ocasião da submissão das propostas.

## **6. DAS MODALIDADES DE BOLSAS OFERTADAS**

6.1 Bolsas:

a) *Modalidade 1 - Bolsa Apoio Técnico à Pesquisa (AT)*: dedicação de 40 horas, valor mensal de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) por até 12 (doze) meses, para profissional técnico especializado com nível superior, até o limite de (03)três por pesquisa;

b) *Modalidade 2 - Bolsa de Pós-doutorado Júnior (PDJ)*: dedicação de 40 horas, valor mensal de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) por até 12 (doze) meses, para profissional técnico especializado com nível doutorado, até o limite (01) de uma por pesquisa;

c) *Modalidade 3 - Bolsa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (DCR - C)*: dedicação de 40 horas no valor mensal de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), por até 12 (doze) meses, para profissional técnico especializado com nível doutorado a menos de 5 anos de titulação, até o limite de (01)uma por pesquisa.

6.2 As bolsas não poderão ser utilizadas para pagamento de prestação de serviços, nem para a execução de atividades administrativas.

## **7. ITENS NÃO FINANCIÁVEIS**

7.1 Não poderão ser financiados com recursos desta Chamada, os seguintes itens:

- Construção e reforma de imóveis;
- Pagamento de salários ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual e municipal) e de instituições privadas sem fins lucrativos participantes da proposta;
- Despesas de rotina tais como: contas de luz, água, telefone, correios, combustível entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução da pesquisa;
- Pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, conforme determina a Lei vigente, bem como as normas da Fundação Araucária, disponíveis na página [www.fappr.pr.gov.br](http://www.fappr.pr.gov.br);
- Pagamento de taxas de administração, de gerência ou similar, a qualquer título, de acordo com o inciso I do Artigo 52 da Portaria Interministerial nº 507 de 24 de novembro de 2011;
- Gastos com material de expediente (fotocópias, despesas postais, etc.), despesas com *coffee break*, coquetéis, ornamentação e floricultura e brindes (camisetas, bonés, canetas, etc.).

7.2 Demais despesas deverão ser de responsabilidade do Coordenador/Instituição de execução da proposta, ou instituições/empresas parceiras, a título de contrapartida;

7.3 A Fundação Araucária não responderá pela suplementação de recursos para fazer frente às despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial.

## **8. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

### **8.1 Das ICTs proponentes:**

- a) Ser ICT pública ou privada, nos termos do Art. 2º, inc. VI, da Lei Estadual 20.541/2021, em qualquer caso com sede e CNPJ no Estado do Paraná;
- b) Comprometer-se a propiciar condições adequadas de espaço, infraestrutura, pessoal de apoio técnico e administrativo, bem como tempo para a equipe se dedicar a pesquisa proposta;
- c) Caso tenha proposta aprovada, a instituição proponente deverá apresentar, quando solicitada, as certidões citadas no Art. 3º da Instrução Normativa no 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e os requisitos descritos no Ato Normativo no 01/2012 da Fundação Araucária, para a formalização do instrumento jurídico.

### **8.2 Do Coordenador da Proposta:**

- a) Ter vínculo formal com a instituição proponente;
- b) Ser brasileiro ou possuir visto permanente no país;
- c) Ser o responsável pela elaboração e execução da proposta, envio da documentação, seleção e acompanhamento dos itens financiáveis, envio de relatório e prestação de contas;
- d) Ter a proposta convalidado pela instituição à qual se vincula;
- e) Ter currículo atualizado na Plataforma Lattes do CNPq;
- f) Adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução das atividades;
- g) Incluir o nome dos bolsistas nas publicações e nos trabalhos apresentados em congressos e seminários, cujos resultados contaram com a participação efetiva deste;
- h) Responsabilizar-se pela identificação visual obrigatória da Fundação Araucária e da Sanepar como financiadoras da pesquisa, nas publicações de trabalhos apresentados em eventos de qualquer natureza e em qualquer meio de divulgação.

### **8.3 Da proposta:**

- a) Deverá estar claramente caracterizada como projetos de pesquisa científica, tecnológica e/ou inovação, incluindo a elaboração de, pelo menos, um produto técnico inovador proveniente da pesquisa, conforme requisitos e linhas temáticas previstas no item 2 desta Chamada, no valor global de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- b) Deverá ser convalidada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação ou órgão equivalente da Instituição de vínculo do proponente;
- c) O prazo de execução das propostas será até 12 meses.

### **8.4 Do bolsista:**

- a) Não ter vínculo empregatício;
- b) Ter currículo atualizado na Plataforma Lattes do CNPq;

- c) Desenvolver em conjunto com o orientador, plano de atividades da pesquisa a ser realizada, com dedicação de 40 (quarenta) horas semanais;
- d) Elaborar relatórios para apreciação do orientador;
- e) Atender ao disposto no plano de trabalho, especialmente no que tange à cláusula de confidencialidade no Anexo IV da presente Chamada;
- f) Atender ao disposto nos requisitos e linhas temáticas previstas no item 2 desta Chamada;
- g) Incluir o nome do orientador nas publicações e nos trabalhos apresentados em congressos e seminários, cujos resultados contaram com a participação efetiva deste.

## 9. CRONOGRAMA

Atividade	Data / Prazo
9.1 Anúncio da Chamada pela Fundação Araucária e Sanepar	A partir do dia 22/12/2021
9.2 Submissão eletrônica das propostas via plataforma Sparkx	Até às 23h59min do dia 06/02/2022
9.3 Conferência dos documentos das propostas via plataforma (Sparkx)	Dia 11/02/2022
9.4 Divulgação das propostas inelegíveis	A partir de 11/02/2022
9.5 Prazo de questionamento via sistema plataforma Sparkx das propostas inelegíveis	Até (02) dois dias úteis após a divulgação dos resultados de inelegibilidade
9.6 Divulgação das propostas elegíveis	A partir de 16/02/2022
9.7 Análise e julgamento das propostas	A partir de 17/02/2022
9.8 Divulgação dos resultados da pré-seleção de mérito e relevância das propostas	A partir de 11/03/2022
9.9 Prazo de questionamento via sistema plataforma Sparkx dos resultados de mérito e relevância técnico-científica	Até (02) dois dias úteis após a divulgação do resultado no site da Fundação Araucária
9.10 Divulgação do resultado final pós-recursos	Até dia 16/03/2022
9.11 Indicação dos bolsistas	Até dia 28/03/2022
9.12 Processo de contratação	Até dia 31/03/2022

## 10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1 A proposta deverá ser enviada pelo proponente à Fundação Araucária, por meio da Plataforma de Operação de Projetos Públicos – Sparkx no link - [sparkx.fundacaoarucaria.org.br](http://sparkx.fundacaoarucaria.org.br), devendo-se observar os passos:

- Cadastrar o coordenador e a instituição responsável;
- Preencher o Formulário Eletrônico da Proposta via sistema Sparkx;
- Preencher e anexar o **Roteiro Descritivo da Proposta (Anexo I)** devidamente assinado;

- Preencher e anexar o **Termo de Anuência do ICTPR (Anexo II)** devidamente assinada;
- Preencher e anexar a **Declaração exclusiva para ICTPR privada (Anexo III)** devidamente assinada

10.2 A proposta deverá ser submetida até às 23h59min da data limite estabelecida no item 9 desta Chamada.

10.3 A Fundação Araucária não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e/ou congestionamentos das linhas de comunicação. **Observa-se que o expediente da Fundação Araucária é de segunda a sexta, encerrando-se o expediente diário às 18 horas, não havendo suporte técnico após este horário.**

10.4 O conteúdo e a integridade da documentação enviada serão de responsabilidade direta e exclusiva do coordenador.

10.5 Propostas que não enviarem a documentação solicitada por via eletrônica devidamente assinadas, nos prazos e formas estabelecidos, serão consideradas inelegíveis.

## **11.DISPOSIÇÕES DA PROPOSTA**

11.1 Conforme legislação em vigor, pesquisas que envolvam experimentos com organismos geneticamente modificados deverão informar o número de registro e data da publicação do certificado de qualidade em biossegurança.

11.2 Somente deverão ser incluídas instituições e/ou empresas colaboradoras que tenham prestado anuência formal escrita, expondo o interesse pelo projeto e o detalhamento de sua contrapartida, a qual deverá ser mantida sob a guarda do Coordenador da pesquisa, devendo ser apresentada à Sanepar e à Fundação Araucária na submissão da proposta.

11.3 Os resultados das pesquisas poderão ser consolidados em um livro, manuais, panfletos e/ou outros materiais técnicos impressos, em que os principais resultados deverão ser apresentados de forma sistematizada. Os coordenadores e autores dos materiais impressos declaram a cessão de direitos autorais à Sanepar. Os materiais produzidos serão distribuídos entre os coordenadores de pesquisas aprovadas e as unidades interessadas da Sanepar, cabendo a essa a decisão sobre a execução ou não dos materiais, de acordo com a qualidade do conteúdo técnico produzido pelos pesquisadores, assim como a quantidade a ser publicada e a coordenação técnica para a elaboração dos mesmos. Esse conteúdo será disponibilizado, gratuitamente, no site da Sanepar. A Sanepar selecionará uma das instituições integrantes do PPPSA, que terá uma dotação suplementar no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a publicação deste livro. A suplementação será efetuada a partir da assinatura do convênio. A coordenação técnica para a elaboração deste livro será da Sanepar.

11.4 A equipe técnica poderá ser constituída por pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação e técnicos. Todos os membros da equipe técnica incluídos como pesquisadores deverão ter cadastro atualizado na Plataforma Lattes do CNPq, sendo que essa exigência não se aplica a pesquisadores estrangeiros. A participação de técnicos da Sanepar é fortemente recomendada.

11.5 As propostas deverão evidenciar a aplicabilidade prática dos resultados ou demonstrar que estes resultados são etapas essenciais para o desenvolvimento de tecnologias aplicáveis.

11.6 Somente deverão ser incluídos em uma proposta, pesquisadores e técnicos que tenham prestado anuência formal escrita, a qual deverá ser mantida sob a guarda do Coordenador da pesquisa, podendo a Fundação Araucária e/ou Sanepar solicitá-los em qualquer momento do processo de avaliação ou execução, caso aprovada a proposta.

**12. ANÁLISE E JULGAMENTO**

12.1 Etapa I: A Fundação Araucária fará a análise documental relativa à habilitação da ICT e enquadramento quanto à adequação da proposta à presente Chamada, pela verificação no atendimento aos itens relativos à prazos, critérios de elegibilidade, documentação e demais condições nela estabelecidas. Nessa etapa serão declaradas habilitadas as propostas que cumprirem com os requisitos de elegibilidade constantes do **item 8** desta Chamada.

12.2 Etapa II: Avaliação do mérito e relevância técnico-científica será realizada pela Sanepar, podendo solicitar a participação de consultores *ad hoc* e/ou membros de Comitês Assesores de Áreas da Fundação Araucária.

12.2.1 Não é permitido integrar nessa etapa consultores *ad hoc*, docentes, pesquisadores ou especialistas que tenham apresentado propostas ou que participem da equipe do projeto.

12.2.2 A avaliação das pesquisas seguirá os critérios e seus respectivos itens apresentados no quadro abaixo. Cada um dos itens dos critérios descritos será avaliado e receberá uma nota de 0 (zero) até o número máximo de pontos descrito no quadro e referente ao item sob avaliação, sem casas decimais. Ao final, serão somadas as notas atribuídas para cada item dos critérios, compondo a nota final da proposta avaliada que variará entre 0(zero) e 100(cem) pontos, sem casas decimais.

12.2.3 As propostas avaliadas deverão ser classificadas pelas notas finais obtidas.

12.2.4 Os avaliadores deverão aprovar ou reprovar as propostas, explicitando as devidas justificativas.

12.2.5 As propostas que obtiverem nota final inferior a 70 (setenta) pontos, não serão recomendadas.

12.3 **Etapa III** – Uma comissão indicada pela Sanepar avaliará as propostas considerando as análises das etapas anteriores, classificando-as quanto a aderência as demandas da Sanepar, a distribuição temática e o orçamento das propostas em relação à disponibilidade de recursos da chamada.

12.3.1A Comissão da Sanepar poderá recomendar ou não as propostas analisadas.

12.3.2 Não é permitido integrar a Comissão da Sanepar consultores *ad hoc*, docentes, pesquisadores ou especialistas que tenham apresentado propostas ou que participem da equipe da pesquisa.

12.4 **Etapa IV** -A Diretoria Executiva da Fundação Araucária e a Diretoria da Sanepar dentro dos limites orçamentários desta Chamada homologarão a classificação das propostas apresentadas na Etapa III.

Quadro – Critérios para avaliação do mérito e relevância técnico-científica e seus respectivos pontos.



DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO		Pontos por item	Pontos pelo quadro de critério
Critérios de Qualidade Científica	Rigor técnico-científico: coerência intelectual, acurácia metodológica, poder analítico e potencial de inovação. Será considerada a clareza dos objetivos e adequação da metodologia aos objetivos propostos e resultados esperados.	10	30
	Viabilidade de execução e factibilidade das etapas de trabalho demonstradas no cronograma da pesquisa. Será dada prioridade a projetos que apresentem coerência do orçamento com os objetivos, atividades e resultados propostos.	10	
	Competência do pesquisador envolvido: será dada prioridade a projetos com melhores índices de publicação, na linha temática a que concorre.	10	
Critérios de Qualidade das Parcerias	Interdisciplinaridade: será dada prioridade a projetos com um conceito interdisciplinar de pesquisa e que apontam aderência às áreas prioritárias identificadas pelo Conselho Paranaense de Ciência.	3	20
	Qualidade da sinergia com iniciativas já existentes: será dada prioridade a projetos com maior potencial para sinergia com atividades já existentes, cooperação acadêmica entre universidades, setor produtivo ou outros programas relevantes (parcerias com outras iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e inovação).	3	
	Construção de parcerias de longo prazo: será dada prioridade a projetos que contribuam para a continuidade ou construção de parcerias de longo prazo entre as organizações envolvidas, notadamente associadas com os Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIs) que vêm sendo fomentados pela Fundação Araucária.	5	
	Foco em pesquisadores com pós-graduação e PhD: será dada prioridade a projetos que envolvam pesquisadores em início de carreira no planejamento e execução das atividades.	2	
	Participação no setor produtivo: prioridade será dada a projetos em parceria com empresas que incluam contrapartida, além da oferecida pela Sanepar.	5	
	Histórico de parcerias com Sanepar: será dada prioridade a projetos que possuam um bom histórico de parcerias com a Sanepar.	2	
Critérios de Aplicabilidade e dos Resultados	Alcance e impacto ou implicações potenciais esperadas das questões abordadas com relação a políticas públicas e contribuição para atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.	4	50

Abordagem estratégica à comunicação de pesquisa: será dada prioridade a projetos que incluam procedimentos claros e acurados para a disseminação de resultados, particularmente para públicos-alvo não científicos e para prestadores de serviços de saneamento (rede de comunicação no setor de saneamento)	4	
Aplicabilidade dos produtos inovadores provenientes da pesquisa na Sanepar.	11	
Impacto da aplicação dos resultados da pesquisa no cliente final da Sanepar.	10	
Potencial para aplicação tecnológica: será dada prioridade a projetos com maior potencial de inovação tecnológica.	11	
Potencial econômico da aplicação dos resultados: será dada prioridade a projetos que ofereçam maior facilidade de implantação, considerando fatores como custo e tempo.	10	
Somatório da pontuação atribuída para cada item que compõem os critérios	Nota final	100

### 13. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A divulgação dos resultados será realizada por meio de Ato da Diretoria Executiva da Fundação Araucária, no site [www.fappr.pr.gov.br](http://www.fappr.pr.gov.br).

### 14. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 As Instituições poderão recorrer dos resultados de elegibilidade e mérito e relevância técnico-científica exclusivamente pelo coordenador da proposta no prazo constante no item 9 da presente Chamada, via plataforma Sparkx;

14.2 Decorrido o prazo, não haverá possibilidade de qualquer tipo de recurso;

14.3 Em hipótese alguma serão apreciados recursos enviados por meio de correio eletrônico, fora do prazo ou após a homologação do resultado final.

### 15. PROCESSO DE HABILITAÇÃO

Após a divulgação do resultado das propostas aprovadas, os Coordenadores deverão enviar os seguintes documentos:

- Parecer da aprovação do Comitê de Ética ou da Comissão de Biossegurança, e/ou outras determinações legais, quando pertinentes sendo pré-condição para concessão do auxílio financeiro;
- Ata descritiva do processo de seleção, assinada pelo Coordenador com critérios adotados pela Comissão no processo de seleção dos bolsistas;
- Documento contendo dados dos bolsistas indicados pelo proponente, após a aprovação da proposta, por meio do preenchimento do Anexo IV (Plano de Trabalho e Declaração do Bolsista), devidamente assinado.

**16. FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO JURÍDICO**

16.1 A existência de qualquer inadimplência do coordenador ou da instituição responsável com órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, poderá constituir fator impeditivo para a formalização do instrumento de repasse de recursos.

16.2 A instituição proponente não poderá ter qualquer pendência administrativa com a Fundação Araucária no momento da contratação da proposta.

16.3 Dos requisitos para a celebração de convênio PD&I:

16.3.1 As ICTs proponentes deverão apresentar as certidões solicitadas no Art. 3º da Instrução Normativa nº 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Ato Normativo nº 01/2012 da Fundação Araucária, bem como demais normas pertinentes, para a formalização dos termos de convênio necessários à contratação das propostas aprovadas.

16.3.2. As ICTs deverão apresentar os documentos abaixo atualizados quando forem solicitados pela Fundação Araucária no momento da formalização do termo de convênio:

- Cópia de Termo de Nomeação do responsável atual pela instituição;
- Cópia do RG, CPF e comprovante de residência do responsável;
- Certidão liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná atualizada, em nome da instituição;
- Certidão do FGTS;
- Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidões das Receitas Estadual e Municipal;
- Cópia do Estatuto Social;
- Cópia do cartão do CNPJ (obrigatoriamente do Estado do Paraná);
- Certidões de Débitos Trabalhistas.

16.3.3 A Fundação encaminhará as minutas de convênio por meio eletrônico à instituição de origem do coordenador, estabelecendo, desde já, o prazo de até 8 (oito) dias úteis para devolução das mesmas assinadas, bem como, dos demais documentos solicitados, sob pena de cancelamento do apoio, caso não seja formalmente justificado.

16.3.4 A liberação dos recursos, segundo a disponibilidade orçamentária e financeira, estará condicionada à data de assinatura e publicação do termo de convênio PD&I.

**17. PROPRIEDADE INTELECTUAL**

17.1 Os direitos de comercialização e uso da propriedade industrial e/ou intelectual dos bens produzidos, transformados ou construídos e sua titularidade, bem como os termos de apropriação dos resultados patenteáveis, deverão estar em conformidade com a Lei de Inovação do Estado do Paraná (Lei nº 17.314 de 24/9/2012 regulamentada pelo Decreto 7.359 de 27/02/2013).

17.2 A titularidade da propriedade intelectual do(s) produto(s) tecnológico(s) com características inovadoras (técnicas, produtos ou processos, patentes, *know-how*, privilegiáveis ou não), resultante das atividades realizadas em decorrência do presente Acordo, serão compartilhadas entre as partes, nos moldes da Lei de Inovação.

17.2.1 As Partes declaram desde já que o presente Acordo, assim como os projetos específicos, não importará em cessão a qualquer título de patentes, modelos de utilidade, desenhos industriais, direitos autorais,

programas de computador ou marcas que já sejam previamente de titularidade de quaisquer das Partes ora contratantes.

17.3 O direito de propriedade das Partes, sobre os resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do presente Acordo, patenteáveis ou não, poderão ser complementadas através de termo aditivo na ampliação e redução de direitos ou mesmo quando houver o silêncio do presente Acordo em eventuais demandas em comum acordo ou contendas.

17.3.1 As despesas de depósito ou registro de pedido de proteção da propriedade intelectual e os encargos periódicos de manutenção da proteção da propriedade intelectual no âmbito nacional e internacional, antes e depois da sua concessão, deverão ser rateadas pelas Partes, que se responsabilizarão integralmente pelos custos decorrentes de acordo com a legislação vigente, salvo se diferentemente disposto em termo aditivo específico que verse sobre o estabelecido na cláusula 17.3acima.

17.3.2 As Partes acordam que inovações ou produções intelectuais comprovadamente desenvolvidas de maneira unilateral, ainda que durante o período de vigência deste instrumento ou em ambiente empregado para tanto, desde que não estejam relacionadas ao objeto do presente termo, pertencerão com exclusividade à Parte desenvolvedora.

17.3.3 A cessão a terceiros dos direitos de propriedade referidos não poderá ser realizada sem a anuência, formalizada por escrito, da outra Parte.

## **18. ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

18.1 A prestação de contas financeira deverá ser apresentada de acordo com a Resolução nº 28/2011 e a Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e com o Ato Normativo nº 01/2012 da Fundação Araucária.

18.2 O Coordenador deverá apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias após o término da vigência do termo e, de acordo com as exigências da legislação em vigor e todas as demais normas da Fundação Araucária, a prestação de contas financeira (com apresentação dos comprovantes de despesas) e o relatório técnico-científico final do programa, elaborado de acordo com formulário padrão da Fundação Araucária, disponível no site [www.fappr.pr.gov.br](http://www.fappr.pr.gov.br).

18.2.1 A documentação deve ser enviada pelo proponente à Fundação Araucária, por meio da Plataforma de Operação de Projetos Públicos – Sparkx no link - [sparkx.fundacaoaraucaria.org.br](http://sparkx.fundacaoaraucaria.org.br).

18.2.2 O relatório final deverá ser assinado e encaminhado com a prestação de contas.

18.3 A prestação de contas financeira será apresentada de acordo com a Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e com o manual de prestação de contas da Fundação Araucária vigente no momento de formalização do termo.

18.4 É obrigatória a aplicação das logomarcas da Fundação Araucária, da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e da Sanepar na divulgação e publicações relativas às propostas apoiados neste Programa, sendo vedada a publicidade que tenha caráter de promoção pessoal de autoridades, servidores ou funcionários dos entes signatários, de acordo com a Lei nº 12.020/98.

18.4.1 As logomarcas supracitadas estão disponíveis no site [www.fappr.pr.gov.br](http://www.fappr.pr.gov.br), menu “Arquivos”.

18.5 O descumprimento parcial ou total deste item implicará na devolução integral do recurso repassado para a execução da proposta.

## **19. SUBSTITUIÇÃO DE BOLSISTA**

19.1 A substituição de bolsistas é permitida até quatro meses antes de encerrar a vigência do termo.

19.2 A solicitação de substituição de bolsista deverá ser devidamente justificada e encaminhada para apreciação da Fundação Araucária, por meio de ofício assinado pelo coordenador, junto com o Anexo IV preenchido com as informações do bolsista substituto.

19.3 Os documentos deverão ser enviados via Sparkx.

## **20. CANCELAMENTO DA CONCESSÃO**

A concessão do apoio financeiro será cancelada pela Diretoria Executiva da Fundação Araucária e da Sanepar por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

## **21. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO**

A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão conjunta da Diretoria Executiva da Fundação Araucária e da Sanepar, seja por motivo de interesse público, decretos governamentais ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direitos à indenização ou à reclamação de qualquer natureza.

## **22. IMPUGNAÇÃO**

22.1 Perde o direito de impugnar os termos desta Chamada, perante a Fundação Araucária, aquele que a tendo aceitado sem objeção, venha apontar, em qualquer momento, eventuais falhas ou irregularidades que a tenham viciado, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

22.2 O coordenador que aderir às condições apresentadas nesta Chamada não poderá arguir qualquer vício ou irregularidade, sendo a apresentação de sua proposta considerada como concordância irretratável com as condições aqui estabelecidas.

## **23. DISPOSIÇÕES GERAIS**

Esta chamada pública segue os preceitos definidos na Lei Federal nº 10.973/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, bem como pela Lei Estadual 20.541/2021, que dispõe sobre política pública de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao fomento de novos negócios, e a integração entre o setor público e o setor privado em ambiente produtivo no Estado do Paraná. Os casos omissos e situações não previstas nesta Chamada serão resolvidos pela Diretoria Executiva da Fundação Araucária.

**24. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

24.1 Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada podem ser obtidos pelo e-mail [projetos@fundacaoaraucaria.org.br](mailto:projetos@fundacaoaraucaria.org.br).

24.2 O atendimento aos proponentes com dificuldades no preenchimento do Formulário eletrônico de propostas e no acesso ao sistema Sparkx será feito pelo e-mail: [onofre@fundacaoaraucaria.org.br](mailto:onofre@fundacaoaraucaria.org.br).

24.3 Esclarecimentos e informações adicionais acerca das linhas temáticas e planos de trabalho podem ser obtidos pelo e-mail [inovacao@sanepar.com.br](mailto:inovacao@sanepar.com.br).

Curitiba, 22 de dezembro de 2021.

Ramiro Wahrhaftig

Presidente da Fundação Araucária

**Chamada Pública 17/2021**

**PROGRAMA PARANAENSE DE PESQUISAS EM SANEAMENTO AMBIENTAL (PPPSA)  
Fundação Araucária / Sanepar**

**Anexo I – Roteiro Descritivo da Proposta**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título do projeto:	Nome
Proponente:	Instituição/Campus
Coordenador:	Identificação e vínculo institucional
Currículo Lattes:	Link
E-mail	E-mail do coordenador
Telefone	Telefone de contato do coordenador
Linha(s) Temática(s):	Verificar item 2 da Chamada para a qual será submetida a proposta

**2. EQUIPE EXECUTORA (LISTAR TODOS OS PARTICIPANTES)**

Nome	IES	Titulação	Função no Projeto	Link do currículo Lattes

**3. OBJETIVOS**

Descrever o objetivo geral e os específicos do projeto.

**4. JUSTIFICATIVA**

Descrever a importância do problema e as propostas de solução, com base em literatura pertinente. Demonstrar a relevância do problema abordado, quando pertinente resumir o estado da arte relativo ao tema do projeto, evidenciando como os resultados previstos pelo projeto justificam sua execução.

**5. METODOLOGIA**

Descrever a metodologia científica que será utilizada para alcançar os objetivos propostos.

## 6. INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

Listar a infraestrutura disponível na instituição que estará envolvida no apoio à realização do projeto.

## 7. RESULTADOS ESPERADOS

Listar os resultados e os benefícios esperados considerando o aspecto social, econômico, ambiental científico, tecnológico e/ou sociocultural para o Estado ou região, em especial para a Sanepar. Aqui deve ser descrito detalhadamente, pelo menos, um produto técnico inovador proveniente da pesquisa, conforme requisitos e linhas temáticas previstas no item 2da Chamada para a qual será submetida a proposta.

## 8. FINANCIAMENTOS JÁ OBTIDOS PARA O PROJETO

Listar projetos em andamento: Fonte Financiadora / Valor.

## 9. COLABORAÇÕES E PARCERIAS

Listar colaborações e parcerias já estabelecidas ou em vias de celebração, com outros centros de pesquisa e/ou empresas nas áreas, que irão contribuir para a execução do projeto, quando houver.

## 10. ASPECTOS ÉTICOS E DE BIOSSEGURANÇA

Em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, quando couber.

## 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Listar as principais referências bibliográficas, citadas no texto, de acordo com as normas da ABNT.

## 12. TERMO DE COMPROMISSO

Declaro expressamente conhecer e concordar, para todos os efeitos legais, com as normas gerais para concessão de auxílio pela FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA.	Declaro que a presente proposta está de acordo com os objetivos científicos e tecnológicos desta Instituição.
Nome e assinatura Coordenador da proposta	Nome, assinatura e carimbo Responsável pela instituição ou representante

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202 \_\_\_\_.





Apoio ao Desenvolvimento Científico  
e Tecnológico do Paraná

**Chamada Pública 17/2021 - PROGRAMA PARANAENSE DE PESQUISAS EM SANEAMENTO  
AMBIENTAL (PPPSA) Fundação Araucária / Sanepar**

**ANEXOII – Termo de Anuência da ICTPR**

Coordenador da Proposta:

Título do Projeto:

Instituição - ICTPR:

Através deste Termo, confirmo a anuência da Instituição para a realização do Projeto supracitado, inclusive com as contrapartidas listadas no mesmo, a ser submetido para financiamento pela Fundação Araucária no âmbito da “CHAMADA #####”

A Direção da Instituição apoia totalmente o pedido do Coordenador e colocará à sua disposição a infraestrutura física e de pessoal da Instituição, visando o perfeito andamento de seu projeto.

[NOME E CARGO DO REPRESENTANTE DA INSTITUIÇÃO]

**Chamada Pública 17/2021 - PROGRAMA PARANAENSE DE PESQUISAS EM SANEAMENTO  
AMBIENTAL (PPPSA) Fundação Araucária / Sanepar**

**Anexo III – Declaração exclusiva para ICTPR privada**

A [NOME DA ICTPR PRIVADA] declara, para os devidos fins, que:

1. Não serão utilizados recursos oriundos do convênio para a contratação de:

a) cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de dirigentes da ICT privada ou de detentor de cargo em comissão ou função de confiança no órgão ou na entidade pública concedente;

b) pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de dirigentes da ICT privada ou de detentor de cargo em comissão ou função de confiança no órgão ou na entidade pública concedente; e

c) pessoa, física ou jurídica, que caracterize vedação prevista no Decreto Estadual 2.485/19.

2. Não incorre em quaisquer das seguintes vedações:

I - esteja omissa no dever de prestar contas de convênio ou qualquer outro tipo de parceria anteriormente celebrada ou tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública estadual nos últimos cinco anos, exceto se:

a) a irregularidade que motivou a rejeição for sanada e os débitos eventualmente imputados forem quitados;

b) a decisão pela rejeição for reconsiderada ou revista; ou

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

II - tenha tido contas julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em decisão irrecurável, nos últimos cinco anos;

III - tenha sido punida com sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação com a administração pública federal ou com a concedente, pelo período que durar a penalidade;

IV - tenha sido punida com sanção que impeça a participação em processo de seleção ou a celebração de convênio ou qualquer outro tipo de parceria com a administração pública federal ou com a concedente, pelo período que durar a penalidade;

V - tenha, entre seus dirigentes, pessoa:

a) cujas contas relativas a convênios ou a qualquer outro tipo de parceria tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União, em decisão irrecurável, nos últimos oito anos;

b) inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do caput do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

[LOCAL], [DATA]

.....

[NOME E CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL DA ICTPR PRIVADA]

**Chamada Pública 17/2021 - PROGRAMA PARANAENSE DE PESQUISAS EM SANEAMENTO  
AMBIENTAL (PPPSA) Fundação Araucária / Sanepar****ANEXO IV - Plano de Trabalho e Declaração do Bolsista****1. IDENTIFICAÇÃO**

Instituição/Campus	
Pesquisador responsável pelo bolsista	
Nome do bolsista	

**2. SÍNTESE DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO BOLSISTA**

1
2
3
(adicionar mais linhas se necessário)

**3. Declaração**

Declaramos para os devidos fins que o estudante \_\_\_\_\_, selecionados por esta instituição para participar como bolsista do Programa Paranaense de Pesquisas em Saneamento Ambiental, não acumulará bolsa de qualquer outra natureza ou manterá vínculo empregatício enquanto permanecer bolsista desta Chamada Pública.

O tratamento dos dados coletados no âmbito desse Programa se dará de acordo com os artigos 7, IV e 11, II, c da Lei 13.709/18.1

**4. ASSINATURAS**

\_\_\_\_\_  
1ª Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

“IV – para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;”

“Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

II – sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;

# FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico  
e Tecnológico do Paraná

Os abaixo-assinados declaram que o presente documento foi estabelecido de comum acordo, assumindo as tarefas e responsabilidades que lhes caberão durante o período de realização do mesmo.

Local e data:

Assinatura do Bolsista	Assinatura do Pesquisador Responsável pelo bolsista

Aprovação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
ou equivalente nos Institutos de Pesquisa

Chamada Pública 17/2021 - PROGRAMA PARANAENSE DE PESQUISAS EM SANEAMENTO  
AMBIENTAL (PPPSA) Fundação Araucária / Sanepar  
ANEXO V - Modelo de Plano de Trabalho**Observações:**

- 1- Os itens que constam nestes documentos são os mesmos que estão na plataforma de submissão do projeto;
- 2- Não há necessidade de envio de cópia deste documento.

**1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Titulo da proposta	
Instituição/Sigla	
Coordenador	
E-mail	
Telefones	

**2. DADOS DA EQUIPE DO PROJETO (COORDENADOR/EQUIPE)**

Nome	Função	Instituição

**3. INFORMAÇÕES DA PROPOSTA**

3.1 Título:	
3.2 Objetivos:	
3.3 Justificativas	Demonstrar a relevância do problema abordado, quando pertinente resumir o estado da arte relativo ao tema do projeto, evidenciando como os resultados previstos pelo projeto justificam sua execução
3.4 Resultados esperados:	(listar os resultados e os benefícios esperados considerando o aspecto social, econômico, ambiental científico, tecnológico e/ou sociocultural para o Estado ou região)
3.5 Colaborações ou parcerias:	(já estabelecidas com outros centros de pesquisa e/ou empresas na área, quando houver)
3.5 Metodologias	(descrever quais métodos e/ou procedimentos serão utilizados para o desenvolvimento do projeto)

**4. DESPESAS/ORÇAMENTO**

ITEM	Item de despesa	Qtdade	Valor unit. (R\$)	Valor Total (R\$)

Atividades (A-1):	
-------------------	--

Início:		Duração:		C. H. S.:	
Membros:					

## 5. ATIVIDADES DO PROJETO

Atividades (A-2):					
Início:		Duração:		C. H. S.:	
Membros:					

\* C.H.S – Carga horária semanal

## 6. CRONOGRAMA FÍSICO

Item	Metas e Atividades	Indicador Físico de Execução	Duração prevista	
			Início	Fim
			Mês/Ano	Mês/Ano
1	[Texto descrevendo a meta física 1]		mm/aaaa	mm/aaaa
[1.1]	[Texto descrevendo a atividade 1.1]	[Texto descrevendo o indicador físico 1.1]	mm/aaaa	mm/aaaa
[1.n]	[Texto descrevendo a atividade 1.n]	[Texto descrevendo o indicador físico 1.n]	mm/aaaa	mm/aaaa
[N]	[Texto descrevendo a meta física N]		mm/aaaa	mm/aaaa
[N.1]	[Texto descrevendo a atividade N.1]	[Texto descrevendo a atividade N.1]	mm/aaaa	mm/aaaa
[N.n]	[Texto descrevendo a atividade N.n]	[Texto descrevendo o indicador físico N.n]	mm/aaaa	mm/aaaa

## 7. CRONOGRAMA FINANCEIRO

METAS FINANCEIRAS		PERÍODO				TO
		Ano I		Ano II		
Código	Grupos/Elementos de Despesas	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.	
<b>DESPESAS FINANCIÁVEIS</b>						
		0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL GERAL</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	

## 8. PLANO DE METAS E ETAPAS

Descrever a(s) meta(s), elementos que compõe o projeto, contemplando a descrição, unidade de medida e quantidade, além das etapas, ações em que se pode dividir a execução de uma meta, do período de realização e valor previsto para a mesma. Não existe nenhuma limitação para a quantidade de metas e etapas.

META nº	Descrição da meta:	
	Unidade de medida:	Quantidade:
	Etapa/Fase nº	
	Descrição da Etapa/Fase	
	Período de realização: Início: / /	Término: / /

META nº	Descrição da meta:	
	Unidade de medida:	Quantidade:
	Etapa/Fase nº	
	Descrição da Etapa/Fase	
	Período de realização: Início: / /	Término: / /

Local e data:
<i>Nome e assinatura do Coordenador da proposta</i>

**Chamada Pública 17/2021 - PROGRAMA PARANAENSE DE PESQUISAS EM SANEAMENTO AMBIENTAL  
(PPPSA) Fundação Araucária / Sanepar**

**Anexo VI - Modelo da Minuta de Termo de Convênio PD&I**

**TERMO DE CONVÊNIO PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (CONVÊNIO PD&I) Nº  
XXXXXX/2021 - MINUTA**

**PROCESSO Nº XXXXXX**

CONVÊNIO PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (CONVÊNIO PD&I) QUE ENTRE SI CELEBRAM FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO PARANÁ, E O(A) XXXXXX, PARA A EXECUÇÃO DO “PROJETO [XXXXXXXXXX]”, VISANDO O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA ÁREA [XXXXXXXXXXXX].

Pelo presente instrumento, os PARTÍCIPES abaixo qualificados:

Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, agência de fomento, nos termos do Art. 2º, inc. V, da Lei Estadual 20.541/2021 (Marco Legal Estadual de CT&I), integrante do Sistema Paranaense de Inovação, conforme § Ún., do Art. 3º, da Lei Estadual 20.541/2021, pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Indireta do Estado do Paraná, com criação autorizada na forma da Lei Estadual 12.020/1998, inscrita no CNPJ sob o nº 03.579.617/0001-00, domiciliada na Av. Comendador Franco, 1341 – Cietep, Jardim Botânico, na cidade de Curitiba/PR, doravante denominada “CONCEDENTE”, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor Ramiro Wahrhaftig, brasileiro,

R.G. Nº 952291-3 SSP PR, CPF 321.770.549-15, residente e domiciliado à Rua Campos Sales, nº 782, CEP 80.030 376 ,Curitiba PR, e pelo Diretor de Administração e Finanças, Senhor Gerson Luiz Koch, brasileiro, R.G. Nº 754.751 PR, CPF nº 183.960.899-49, residente e domiciliado à Rua Osório Duque Estrada, nº 682, CEP 80.520-470, Curitiba PR; e

..... [indicar a denominação da ICTPR responsável pela pesquisa], com sede no(a) ..... [endereço completo], inscrito(a) no CNPJ sob o nº , Instituição de

Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT), conforme definido no Art. 2º, inc. VI, da Lei Estadual 20.541/2021 neste ato representado(a) pelo(a) .....[inserir nome e cargo ocupado], portador(a) da Carteira de Identidade nº , expedida pelo(a) ....., e CPF nº ....., residente e domiciliado a Rua ..... CEP .....em PR, doravante referida como “ICTPR”; e

RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO DE PARCERIA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO, com fundamento no artigo 17 da Lei Estadual nº 20.541/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições.



## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio visa à realização conjunta de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) entre os PARTÍCIPES, em regime de mútua colaboração, tendo por objeto a execução do projeto intitulado [descrever o produto, processo ou serviço inovador objeto do Convênio para PD&I], protocolo nº XXXXX, em conformidade com o Plano de Trabalho (Anexo I).

PARÁGRAFO ÚNICO - Esta parceria decorre do [chamamento público/dispensa de chamamento público/inexigibilidade de chamamento público n.º XXXX/XXXX], objeto do processo administrativo nº [XX.XXX.XXX-X], com resultado final publicado no Diário Oficial do Estado nº [XXXX], de ## de ##### de #####.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS**

Integram este Convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado (Anexo I), bem como os documentos constantes do [chamamento público/dispensa de chamamento público/inexigibilidade de chamamento público n.º XXXX/XXXX] e protocolado sob nº #####.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

O presente Convênio terá vigência de XX (XXXXXX) meses após a sua assinatura, para cumprimento do objeto do convênio e prestação de contas final.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A vigência acima aludida detalha-se da seguinte forma: Período de execução do projeto pelo prazo de XX meses. Período de prestação de contas da Conveniente, correndo pelos 30 dias subsequentes, após o que se inicia o período de avaliação e procedimentos internos da Fundação Araucária que correrá pelos 60 dias finais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A vigência deste Convênio poderá ser prorrogada, a critério da Fundação Araucária, por prazo igual ou inferior, por meio da celebração de Termo Aditivo. O aditamento exige solicitação com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do fim da vigência, acompanhada de justificativa técnica e a apresentação de novo Plano de Trabalho. Para a prorrogação da vigência do presente instrumento, deverá a ICTPR observar os prazos máximos previstos no Edital de Chamada Pública, conforme o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Considerando a dificuldade de definir antecipadamente e com precisão a duração necessária para execução das atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, os prazos iniciais e finais das etapas do Plano de Trabalho poderão sofrer alterações, condicionadas a autorização da Fundação Araucária.

## **CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO**

O Plano de Trabalho define os objetivos a serem atingidos por meio do presente instrumento, apresenta o planejamento e o cronograma físico-financeiro dos trabalhos que serão desenvolvidos, detalha as atividades e as atribuições dos

partícipes e estabelece a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, estabelecendo objetivos, metas e indicadores de execução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Respeitadas as previsões contidas na legislação em vigor, a ICTPR executará as atividades de PD&I descritas no Plano de Trabalho (Anexo I), que constitui parte integrante e indissociável deste Acordo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Admite-se a subcontratação de profissionais, instituições e empresas de reconhecida competência para a execução de atividades técnicas específicas previstas no Plano de Trabalho, cabendo à ICTPR a responsabilidade pela sua coordenação e execução nos termos previstos neste instrumento. A subcontratação restringe-se à execução de partes específicas do plano de trabalho relacionadas a atividades técnicas e é limitada à rubrica de serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pesquisadores que participarem da execução das atividades inerentes à execução do objeto do acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação trabalhista e/ou funcional com as respectivas entidades de origem.

PARÁGRAFO QUARTO - A impossibilidade técnica e/ou científica de cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho, desde que seja devidamente comprovada e justificada, acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja acordo entre os PARCEIROS quanto à adequação do Plano de Trabalho ou à extinção deste Convênio.

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES**

- A FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA compromete-se a:

- Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Plano de Aplicação, observada a sua disponibilidade financeira;
- Inserir as informações pertinentes a esse termo de convênio e a sua execução no SIT – Sistema Integrado de Transferência Voluntária do TCE – PR, conforme dispõem a Instrução Normativa nº 61/2011, e a Resolução nº 28/2011, com nova redação dada pela Resolução nº 46/2014, ou outro que venha substituí-las;
- Dar publicidade ao instrumento pactuado no Diário Oficial do Estado e no site oficial do Estado do Paraná na internet;
- Realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas in loco, comunicando à ICTPR quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal;
- Analisar a prestação de contas da ICTPR, relativo aos valores repassados por conta deste Convênio, informando eventuais irregularidades encontradas, para o devido saneamento e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria;
- Monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste Convênio, realizando vistorias sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste;
- Notificar a ICTPR, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial.

– A ICTPR compromete-se a:

- Abrir e manter conta bancária específica e exclusiva em banco oficial para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste Convênio;
- Aplicar os recursos financeiros recebidos da CONCEDENTE no objeto deste Termo;
- Executar, nos termos da legislação pertinente, o necessário para consecução do objeto de que trata este Convênio, observando sempre critérios de qualidade e custo, bem como em estrita observância ao contido no Plano de Trabalho;
- A ICTPR fica obrigada a:
  - Aplicar o saldo do Convênio não utilizado em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês; e,
  - As receitas financeiras auferidas na forma do item anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, desde que com a devida autorização do CONCEDENTE para utilização do recurso da aplicação financeira, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.
  - Devolver à CONCEDENTE, quando da conclusão, rescisão ou extinção deste convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras, no prazo improrrogável de (30) trinta dias após o termo final de sua vigência, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial;
  - Restituir o valor recebido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado, quando:
  - Não for executado o objeto deste Convênio;
  - Não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final; e,
  - Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio.
- Apresentar quando na formalização do ajuste a Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.
- Observar e fazer observar, por seus contratados e subcontratados, se estão agindo com mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
  - “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
  - “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
  - “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos; “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

- “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;
- Fazer constar das notas fiscais o número do convênio seguido da sigla da Concedente dos recursos financeiros;
- Iniciar a execução do Convênio em até trinta dias após o recebimento da primeira parcela ou parcela única, salvo motivo de força maior devidamente justificado ou se estabelecido de forma diversa nas etapas e execução do Plano de Trabalho.
- No caso de subcontratação ou de contratação de terceiros, a ICTPR compromete-se a exigir a apresentação mensal de certidões de regularidade fiscal dos respectivos prestadores de serviço, devendo apresentá-las à CONCEDENTE sempre que instada a tanto.

## **CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS FINANCEIROS**

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros, no valor total de R\$ XXXXXX (XXXXXX) que serão repassados em parcela (única ou XXXXXX parcelas), conforme o cronograma físico-financeiro constante do Plano de Trabalho. As despesas deste Convênio estão devidamente reguladas pela fonte de recursos do Fundo Paraná, instituído pela Lei nº 12.020/1998.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

A CONCEDENTE transferirá os recursos previstos na Cláusula Sexta em favor da ICTPR em conta específica, aberta em Banco Oficial, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação específica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A liberação da primeira parcela ocorrerá em até 30 dias a partir da data de assinatura do presente instrumento, mediante a apresentação das certidões de regularidade da ICTPR, tais como Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, dentre outras que venham a ser exigidas por lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso os recursos repassados pela CONCEDENTE sejam insuficientes para consecução do objeto deste Convênio, a complementação poderá ser aportada ao Convênio como contrapartida da ICTPR, devendo ser os respectivos valores depositados e utilizados na mesma conta do Convênio após autorização de ajuste do valor do convênio emanada pela CONCEDENTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor do Convênio só poderá ser aumentado se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela CONCEDENTE de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso haja previsão de contrapartida desde o início da execução da presente avença, esta deverá ser depositada, no mínimo, proporcionalmente, na mesma data da liberação da primeira ou da única parcela da transferência ou conforme estabelecido no ato da transferência ou no cronograma de desembolso.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DOS BENS REMANESCENTES**

Fica assegurado à ICTPR o direito de propriedade, mediante instrumento próprio, dos bens e materiais de natureza permanente a serem adquiridos, produzidos, transformados ou constituídos com os recursos transferidos pela Fundação Araucária. Extinto o Convênio serão adotados procedimentos de doação ou não, conforme legislação pertinente à matéria.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ICTPR deverá observar os seguintes procedimentos em relação aos bens remanescentes:

- a ICTPR concederá ao coordenador do projeto a autorização para utilizar e manter os bens sob sua guarda durante o período de execução do projeto, estipulando a obrigação do mesmo de conservá-los e não aliená-los;
- o coordenador deverá assumir o compromisso de utilizar os bens para fins científicos e tecnológicos e exclusivamente para a execução do projeto;
- o coordenador deverá comunicar à ICTPR, imediatamente, qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
- em caso de furto ou de roubo, o coordenador deverá proceder ao registro da ocorrência perante a autoridade policial competente, informando de imediato à ICTPR e diligenciando para que se proceda à investigação pertinente;
- o coordenador deverá informar à ICTPR a devolução dos bens, em razão da conclusão do projeto ou da sua não utilização;
- a instituição corresponsável afixará destacadamente, em lugar visível dos bens, o selo de identificação do apoio financeiro proporcionado pela Fundação Araucária.

#### **CLÁUSULA NONA – BOLSAS**

Observados os critérios e procedimentos previstos [chamamento público/dispensa de chamamento público/inexigibilidade de chamamento público n.º XXXX/XXXX], a ICTPR poderá conceder bolsas de estímulo à inovação aos pesquisadores a ela vinculados, bem como a alunos de curso técnico, de graduação, pós-graduação ou pesquisadores integrantes de grupo de pesquisa, desde que a concessão do auxílio esteja prevista no Plano de Trabalho e as atividades subsidiadas não sejam inerentes ao vínculo funcional ou jurídico mantido com a entidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores, a periodicidade, duração da bolsa e respectivos beneficiários serão especificados em Termo de Outorga de Bolsa ou instrumento congênere a ser entabulado entre ICTPR e bolsista, o qual deverá ser previamente aprovado pela CONCEDENTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A bolsa de estímulo à inovação caracteriza-se como doação e, como tal, não configura vínculo empregatício, não caracteriza contraprestação de serviços ou vantagem para o doador, e não integra a base de cálculo da contribuição previdenciária, nos termos do artigo 16, § 4º da Lei Estadual n. 20.541/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS**

A ICTPR deverá observar as disposições da Lei Estadual nº 20.541/2021, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e, subsidiariamente da Lei Federal nº 14.133/2021, além das demais legislações pertinentes. A título de obrigações legais fica estabelecido à CONVENIENTE, dentre outras, conforme previsto na Resolução nº 028/2011 – TCE/PR e regulamentada pela Instrução Normativa 61/2011, as de:

Prestar Contas dos recursos recebidos por meio do Sistema Integrado de Transferências Voluntárias-SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná-TCE-PR, no qual deverá atualizar as informações de sua competência exigidas pelo sistema;

Garantir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno da CONCEDENTE, além dos servidores do Tribunal de Contas, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;

Atender as recomendações, exigências e determinações do concedente dos recursos e dos agentes dos sistemas de controle interno e externo.

Movimentar os recursos do convênio em conta específica;

Estar ciente de que a ausência de prestação de contas, nos prazos estabelecidos, sujeitará a ICTPR, salvo os casos previstos em lei, a instauração de Tomada de Contas Especial, observados os arts. 233 e 234 do Regimento Interno do TCE/PR;

Preservar todos os documentos originais relacionados com esse Convênio, independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo de sua aprovação, em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas do Paraná por um prazo de 10 (dez) anos.

Submeter-se à regulação instituída pelo CONCEDENTE;

Obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto pactuado com a CONCEDENTE;

Cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente;

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O não atendimento às condições estabelecidas no neste instrumento, autoriza a denúncia unilateral do pactuado, sem prejuízo da persecução pelo Estado quanto aos prejuízos advindos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS E SUAS VEDAÇÕES**

A título de vedações legais e contratuais, fica estabelecido que:

- É vedada a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste, exceto ações complementares;
- É vedada a realização de despesas com publicidade, salvo em caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do termo de transferência e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;
- É vedada aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
- É vedada a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

- É vedado o trespasse, cessão ou a transferência a terceiros da execução desse Convênio, pelo que a contratação de terceiros é restrita e condicionada à execução de atividades materiais não passíveis de execução direta pela ICTPR, observadas as disposições da Lei Estadual 15.608/2005 e o que consta da Cláusula Quarta do presente instrumento;
- É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência deste Termo;
- Não poderão ser pagas com os recursos transferidos, as despesas:
- Com pagamento a qualquer título a servidor ou empregado público, integrantes do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta;
- Relativas as taxas de administração, gerência ou similar;
- Taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa de agente do tomador dos recursos ou pelo descumprimento de determinações legais ou conveniais;
- Pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do termo de transferência;
- Não poderão ser pagos, em hipótese alguma, com recursos do Convênio, honorários a dirigente da instituição beneficiada, bem como gratificações, representações e comissões, obedecidas as normas legais que regem a matéria em especial a LCn°101/2000.
- As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da ICTPR, devidamente identificados com o número deste Convênio.

Constatadas impropriedades e/ou irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, obriga-se a ICTPR a notificar, de imediato, a CONCEDENTE e a suspender a liberação de eventuais recursos pendentes, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO**

Dentre outras atribuições legais e contratuais, compete à Fundação Araucária, na fiscalização do presente Convênio PD&I:

- Cuidar para que a documentação do Convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até aprovação da Prestação de Contas;
- Ensejar as ações para que a execução física e financeira do Convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;
- Acompanhar a execução do Convênio responsabilizando-se pela sua eficácia, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do Convênio.
- Atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do Convênio;
- Controlar os saldos dos empenhos dos Convênios ou instrumentos congêneres;
- Prestar, quando solicitado, informações sobre a execução do Convênio ou instrumentos congêneres sob sua responsabilidade;
- Controlar os prazos de Prestação de Contas dos Convênios bem como efetuar análises e encaminhar ao ordenador de despesa para aprovação;
- Zelar para que o Sistema Integrado de Transferências – SIT do TCE atualizando as informações relacionadas à execução do convênio, cumprimento dos objetivos e elaboração do termo de fiscalização;

- Zelar pelo cumprimento integral do Convênio;
- Acompanhar a execução dos ajustes firmados, promovendo medidas necessárias à fiel execução das condições estabelecidas no convênio, gerenciar, decidir sobre eventuais e possíveis alterações inicialmente estabelecidas, inclusive sobre a celebração de seus termos aditivos.
- O fiscal do convênio deve primar para que não haja alteração no objeto do ajuste, atentando-se para o cumprimento dos prazos convencionais e fazendo o gerenciamento necessário dos processos de modo eficiente, evitando prejuízos ao erário.
- Garantir os recursos por meio da Declaração de Adequação Orçamentária da Despesa e de Regularidade do Pedido.
- Aprovar o Plano de Trabalho apresentado pelo proponente tanto na formalização quanto nas suas adequações.
- Opinar sobre a prorrogação de prazo além dos limites estabelecidos no termo de convênio, quando ocorrer fato excepcional ou imprescindível que altere fundamentalmente as condições de execução do convênio, com justificativa fundamentada e com prévio parecer jurídico.
- Autorizar a indicação e substituição de fiscal de convênios, por meio de ato emitido pela autoridade competente.
- Aplicar sanções à ICTPR de acordo com a natureza e gravidade das infrações.
- Indicar os funcionários para compor a Comissão de Tomadas de Contas Especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica indicado como Fiscal do Convênio XXXXXX (NOME DO DIRETOR(A), para acompanhar e fiscalizar a execução deste convênio e dos recursos repassados, o que será executado juntamente com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e com o Controle Interno da Fundação Araucária.

PARÁGRAFO SEGUNDO –Compete ao Setor de Análise e Prestação de Contas da Fundação Araucária apoiar o Fiscal de Convênio no desempenho de suas atribuições, cabendo-lhe, especificamente:

Processar a Tomada de Contas Especial, cuja instauração dar-se-á por decisão do controle interno da CONCEDENTE.  
Encaminhar por meio eletrônico a prestação de contas final, para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não sendo prestadas as contas devidas pela ICTPR nos prazos estabelecidos, a CONCEDENTE instaurará, dentro de 30 dias, a Tomada de Contas Especial.

PARÁGRAFO QUARTO – Compete ao Controle Interno da CONCEDENTE, no exercício de sua função institucional, emitir parecer sobre os recursos repassados e a sua utilização.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO OU ENCERRAMENTO**

O presente Convênio será rescindido em caso de:

Em caso de inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a responder por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável;



Expressa manifestação de qualquer das partes, através de denúncia espontânea a qual deverá ser obrigatoriamente formalizada com período mínimo de antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção;

Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;

Demais casos previstos em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Exceto no caso de rescisão unilateral pela CONCEDENTE, deverá ser lavrado “Termo de Rescisão ou Encerramento” com as devidas justificativas administrativas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão unilateral do convênio dar-se-á de ofício e enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, caso se dê em virtude de falha na execução havida por culpa da ICTPR, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano e, inclusive, a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, os PARTÍCIPES comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”) e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a ICTPR deverá observar, ao longo de toda a vigência deste Convênio, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a ICTPR deve:

- notificar imediatamente a CONCEDENTE;
- auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e
- eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até [30 (trinta) dias corridos], contados a partir do requerimento do titular;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os PARTÍCIPES armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

PARÁGRAFO QUARTO - Os PARTÍCIPES devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na

medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Convênio e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

PARÁGRAFO QUINTO -A ICTPR deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO SEXTO - Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a ICTPR deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A ICTPR deverá notificar a CONCEDENTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONCEDENTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

PARÁGRAFO OITAVO -Os PARTICIPES deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

PARÁGRAFO NONO -É vedada a transferência de dados pessoais, pela ICTPR, para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONCEDENTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à ICTPR a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A ICTPR responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONCEDENTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONCEDENTE em seu acompanhamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONCEDENTE, não exime a ICTPR das obrigações decorrentes deste Convênio, permanecendo integralmente responsáveis perante a CONCEDENTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A ICTPR deve colocar à disposição da CONCEDENTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta Cláusula, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONCEDENTE ou por terceiros por eles indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A ICTPR deve auxiliar a CONCEDENTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Acordo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**

A titularidade da propriedade intelectual do(s) produto(s) tecnológico(s) com características inovadoras (técnicas, produtos ou processos, patentes, *know-how*, privilegiáveis ou não), resultante das atividades realizadas em decorrência do presente Acordo, serão compartilhadas entre as partes, nos moldes da Lei de Inovação, por meio de Termo Aditivo a ser celebrado entre ICT e SANEPAR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os direitos de comercialização e uso da propriedade industrial e/ou intelectual dos bens produzidos, transformados ou construídos e sua titularidade, bem como os termos de apropriação dos resultados patenteáveis, deverão estar em conformidade com a Lei de Inovação do Estado do Paraná (Lei nº 17.314 de 24/9/2012 regulamentada pelo Decreto 7.359 de 27/02/2013).

PARÁGRAFO SEGUNDO - As Partes declaram desde já que o presente Acordo, assim como os projetos específicos, não importará em cessão a qualquer título de patentes, modelos de utilidade, desenhos industriais, direitos autorais, programas de computador ou marcas que já sejam previamente de titularidade de quaisquer das partícipes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O direito de propriedade das Partes, sobre os resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do presente Acordo, patenteáveis ou não, deverão ser complementadas através de termo aditivo na ampliação e redução de direitos ou mesmo quando houver o silêncio do presente Acordo em eventuais demandas em comum acordo ou contendas.

PARÁGRAFO QUARTO - As despesas de depósito ou registro de pedido de proteção da propriedade intelectual e os encargos periódicos de manutenção da proteção da propriedade intelectual no âmbito nacional e internacional, antes e depois da sua concessão, deverão ser rateadas pelas Partes, que se responsabilizarão integralmente pelos custos decorrentes de acordo com a legislação vigente, salvo se diferentemente disposto em termo aditivo específico.

PARÁGRAFO QUINTO - As Partes acordam que inovações ou produções intelectuais comprovadamente desenvolvidas de maneira unilateral, ainda que durante o período de vigência deste instrumento ou em ambiente empregado para tanto, desde que não estejam relacionadas ao objeto do presente termo, pertencerão com exclusividade à desenvolvedora.

PARÁGRAFO SEXTO - A cessão a terceiros dos direitos de propriedade referidos não poderá ser realizada sem a anuência, formalizada por escrito, da outra Parte.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As publicações, materiais de divulgação e resultados materiais relacionados ao presente Convênio deverão mencionar expressamente o apoio recebido da CONCEDENTE, sendo obrigatória a aplicação da logomarca da Fundação Araucária e do Governo do Estado do Paraná/SETI (logomarcas disponíveis no website da Fundação Araucária).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

Os PARTÍCIPES declaram conhecer as normas de prevenção a atos de corrupção e lavagem de dinheiro previstas na legislação brasileira ("Marco Legal Anticorrupção"), dentre elas o Decreto-Lei nº 2848/1940 ("Código Penal Brasileiro"), a Lei Federal no 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa") e a Lei Federal no 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção") e, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, prepostos, administradores, empregados e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os PARTÍCIPES não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem,

qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste.

PARÁGRAFO SEGUNDO -Se privada, a ICTPR declara e garante que:

- não se encontra, direta ou indiretamente, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores sob investigação, em processo judicial e/ou administrativo, relativamente a violação do Marco Legal Anticorrupção, nem está sujeita a restrições ou sanções econômicas impostas por qualquer entidade governamental;
- não sofreu nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionados ao descumprimento do Marco Legal Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro nos últimos 5 (cinco) anos;
- não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar pagamentos em dinheiro nem dar presentes, ou quaisquer outros objetos de valor, a representantes de entidades públicas ou privadas, com o objetivo de beneficiar-se ilicitamente;
- não irá receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de atividades ilícitas, abstendo-se de manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas investigadas e/ou condenadas por atos previstos no Marco Legal Anticorrupção, bem como por lavagem de dinheiro, tráfico de drogas ou terrorismo;
- seus atuais dirigentes, representantes, empregados e colaboradores não são agentes públicos e que informará por escrito a CONCEDENTE, no prazo de [3 (três) dias úteis], sobre eventuais nomeações de seus quadros para cargos, empregos e/ou funções públicas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ICTPR privada deverá comunicar prontamente a CONCEDENTE, por escrito, sobre qualquer suspeita de violação ou descumprimento do Marco Legal Anticorrupção e/ou das obrigações previstas nesta Cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PUBLICIDADE**

A eficácia deste convênio ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela CONCEDENTE, na forma do art. 110 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

#### **CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO**

Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste convênio, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

Por estarem de acordo e por se tratar de processo digital, as partes firmam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, de forma eletrônica, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba,     dede 2021.

RESPONSÁVEL PELA ICTPR

Ramiro Wahrhaftig

CARGO NOME DA ICTPR

Diretor-Presidente Fundação Araucária

Gerson Koch

Diretor de Administração e Finanças Fundação  
Araucária

TESTEMUNHAS:

---

Nome CPF

---

Nome CPF